Judiciário Notícias

Edição março/abril de 2012 - www.tjce.jus.br - imprensa@tjce.jus.br

Fundo de Segurança garantirá estrutura para proteção dos magistrados

O Tribunal de Justiça do Ceará aguarda sanção do projeto que cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados. A mensagem de lei foi aprovada pela Assembleia Legislativa, no dia 12 de abril. *Pág. 6 e 7*

O Serviço de Precatórios concluiu o levantamento da dívida em atraso do Município de Fortaleza. O ente público tem o prazo de 30 dias para depositar o valor mínimo, que é de R$ 28,4 milhões. *Pág. 2*

Grupos de Auxílio trabalham para diminuir o congestionamento de processos. Foram proferidas 1415 sentenças nos três primeiros meses deste ano. *Pág. 10*

A prova objetiva do concurso para juiz substituto será aplicada no próximo dia 20 de maio. O certame oferece 25 vagas. Além disso, será formado cadastro de reserva. *Pág. 3*

PRECATÓRIOS

TJCE concede prazo para Município de Fortaleza depositar parcela de dívida

Depósito inicial da dívida deve ser de R$ 28.452.455,19

O Serviço de Precatórios do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) concluiu o levantamento da dívida de precatórios em atraso do município de Fortaleza junto ao TJCE, Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e Tribunal Regional Federal da 5ª Região e concedeu ao ente público prazo de 30 dias para que efetue o depósito mínimo de R$ 28.452.455,19.

O valor apurado é referente a 3 das 15 parcelas anuais do regime especial criado pela Emenda Constitucional n. 62 de 2009. Essa Emenda concedeu um prazo de até 15 anos para pagamento da dívida de precatórios pelos entes públicos. Cada parcela é resultado da divisão do valor do total dos precatórios não pagos pela quantidade de anos que faltam para o fim do prazo do regime.

Os recursos cobrados do Município de Fortaleza devem ser depositados junto às contas especiais do Município para que seja dividido entre os três Tribunais que integram o Comitê Gestor das Contas Especiais. O depósito, depois de rateado, será utilizado por cada Tribunal para o pagamento da lista cronológica dos credores.

A relação dos credores do Município de Fortaleza foi divulgada no último dia 23 de março pelo TJCE e pode ser visualizada no site da instituição (www.tjce.jus.br), na página do Serviço de Precatórios, no link "Município de Fortaleza e Administração Indireta".

De acordo com o juiz auxiliar da Presidência do TJCE, Francisco Eduardo Fontenele Batista, ao realizar o depósito, o Município de Fortaleza terá sua situação regularizada perante o regime especial de pagamento criado pela Emenda Constitucional n. 62/2009. Disse o magistrado que em razão desse regime, o município "poderá pagar a dívida de precatórios pelo prazo de até 15 anos, evitando o bloqueio da quantia eventualmente não depositada".

A comunicação da dívida ao Município está em conformidade com as Resoluções nº 10/2011 do TJCE e nº 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e é mais um fruto do processo de reestruturação do Serviço de Precatórios do Tribunal de Justiça.

REGIME ESPECIAL

Criado pela Emenda Constitucional nº 62/2009, assemelha-se a uma moratória que se aplica aos devedores que, em 9 de dezembro de 2009, tinham precatórios em atraso junto a qualquer dos Tribunais com jurisdição no Estado do Ceará. Por esse regime, o devedor pode pagar suas dívidas em até 15 anos, depositando, mês a mês, ou ano a ano, uma parcela calculada de acordo com a dívida judicial total presente em todos os três tribunais.

REGIME COMUM

É o regime a ser cumprido pelo município ou Estado que não tinha, em 9 de dezembro de 2009, precatórios em atraso. O precatório é expedido e inscrito no orçamento do município devedor. Se expedido até 1º de julho de um ano, tem que ser inscrito no orçamento do ano seguinte, durante o qual deve ser pago.

JUIZ SUBSTITUTO

Primeira prova do concurso público ocorrerá no dia 20 de maio deste ano

A prova objetiva (primeira fase) do concurso público para juiz substituto da Justiça estadual será aplicada no próximo dia 20 de maio. O certame oferece 25 vagas e formação de cadastro de reserva, conforme prevê o edital nº 01/2011. Desse total, 5% serão destinadas a portadores de deficiências. Ao todo, 5.018 pessoas se inscreveram.

O concurso será composto por cinco etapas. A segunda, que constará de duas provas escritas, ocorrerá nos dias 14, 15 e 16 de julho deste ano. A seguinte compreenderá inscrição definitiva e sindicância da vida pregressa e investigação social, além de exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico. Essa fase será aplicada nos dias 7, 13 e 14 de outubro.

A quarta etapa será composta pela prova oral e será realizada no dia 9 de dezembro. A quinta consiste na avaliação de títulos e o resultado provisório terá divulgação no dia 28 de dezembro de 2012. O resultado final do certame está previsto para ser divulgado no dia 22 de janeiro de 2013.

No último dia 16 de abril, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) divulgou o resultado final dos deferimentos das inscrições preliminares. As perícias médicas nos candidatos portadores de deficiência foram realizadas nos dias 23 e 24 de abril. O resultado, bem como os locais e horário da aplicação da prova objetiva, será divulgado no dia 7 de maio.

A comissão do concurso tem à frente o desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes. Também compõem a equipe os desembargadores Francisco Suenon Bastos Mota e Carlos Alberto Mendes Forte (titulares); Francisco Barbosa Filho e Vera Lúcia Correia Lima (suplentes). O advogado José Júlio da Ponte Neto representa a Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Ceará (OAB-CE). A entidade responsável pelo certame é o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB), a quem cabe a elaboração, aplicação e correção de todas as provas.

Des. Abelardo Benevides é o presidente da comissão do concurso

DESEMPENHO

Tribunal de Justiça entrega certificados para desembargadores que cumpriram metas do CNJ

O Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) reconheceu a atuação dos magistrados que cumpriram e daqueles que estão se esforçando para alcançar as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A entrega dos certificados foi feita na reunião do último dia 20 de abril.

Os desembargadores Jucid Peixoto do Amaral, Francisco Barbosa Filho e Sérgia Maria Mendonça Miranda cumpriram as Metas 2 de 2009 e de 2010, que estabelecem a identificação e o julgamento de todos os processos distribuídos até 31 de dezembro de 2005 e de 2006, respectivamente.

De acordo com o presidente do TJCE, desembargador José Arísio Lopes da Costa, as certificações indicam melhoria no desempenho da Justiça do Ceará. Também destacou o empenho da desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, gestora das referidas metas.

O desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, vice-presidente do Tribunal, foi parabenizado pela publicação, até 20 de abril deste ano, de 99,59% dos acórdãos em até dez dias após a sessão (Meta 4 de 2010).

A desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar, corregedora-geral da Justiça, foi elogiada por cumprir a Meta 7 de 2010 (disponibilizar a produtividade dos magistrados na internet). O desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, diretor da Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec), recebeu congratulações pela realização de cursos para juízes, fomentando o cumprimento da Meta 8 de 2010.

Foram destacados os empenhos dos desembargadores Washington Luís Bezerra de Araújo, que desenvolveu ações para o cumprimento das Metas 3 de 2010 e de 2011, e Jucid Peixoto, que esteve à frente das atividades para alcançar a Meta 5 de 2010.

Em dezembro de 2011, o desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo foi certificado por atingir as Metas 2 de 2009 e de 2010.

RECONHECIMENTO

Justiça do Ceará recebe homen

Solenidade ocorreu no Plenário 13 de Maio

Desembargadores e juízes estaduais receberam, em nome do Poder Judiciário do Ceará, homenagens da Assembleia Legislativa. A solenidade ocorreu no último dia 10 de abril, no Plenário 13 de Maio, com a entrega de placas de reconhecimento dos serviços prestados à sociedade.

A sessão também foi comemorativa pelos 138 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A iniciativa teve como autor o deputado Augustinho Moreira.

O vice-presidente do Tribunal, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, disse que Judiciário estadual vem empreendendo esforços para prestar os serviços judiciais cada vez melhor. Ainda segundo o magistrado, a homenagem da Assembleia é relevante e "demonstra que os Poderes estão em harmonia".

Augustinho Moreira assegurou que a iniciativa é simples, mas justa, pois "o Ceará dispõe de juízes dedicados, eficientes e atentos aos valores humanos e sociais". O parlamentar também parabenizou a atuação dos servidores da Justiça do Ceará.

QUEM FOI AGRACIADO

Além do vice-presidente, receberam placas de reconhecimento os desembargadores José Arísio Lopes da Costa, presidente do TJCE; Maria Iracema Martins do Vale, Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Sérgia Maria Mendonça Miranda, Teodoro Silva Santos, Paulo Camelo Timbó e Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque (aposentado em setembro de 2011).

Também foram homenageados os juízes Raimundo Nonato Silva Santos, Antonio Carlos Klein, José Krentel Ferreira Filho (diretor do Fórum Clóvis Beviláqua), Fernando Antônio Medina de Lucena, Marilêda Frota Angelim Timbó, Emílio de Medeiros Viana e Cid Peixoto do Amaral Netto, além dos ministros Raul Araújo Filho, Cesar Asfor Rocha e Napoleão Nunes Maia Filho, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Os desembargadores Emanuel Leite Albuquerque, Teodoro Silva Santos e Paulo Francisco Banhos Ponte representaram os ministros.

DEMAIS AUTORIDADES

A solenidade contou com a participação dos desembargadores Ernani Barreira Porto, Francisco Suenon Bastos Mota, Manoel Cefas Fonteles Tomaz, Clécio Aguiar de Magalhães, Carlos Alberto Mendes Forte e Francisco Auricélio Pontes.

Também presentes o procurador-geral de Justiça do Ceará, Ricardo Machado; o juiz Leonardo Bezerra Martins, diretor do Foro da Justiça Federal no Ceará; e o diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), Regnoberto Marques de Melo Júnior, representando o reitor da instituição, Jesualdo Pereira Farias, além de deputados, familiares e amigos dos agraciados. O presidente da Assembleia, deputado Roberto Cláudio, foi representado pelo parlamentar José Albuquerque.

agem da Assembleia Legislativa

Juiz Raimundo Nonato Silva e desembargadores José Arísio Lopes, Luiz Gerardo Brígido e Francisco Haroldo Rodrigues

Dep. Idemar Citó, des. Luiz Gerardo Brígido, dep. José Albuquerque e des. Ernani Barreira Porto

Dep. José Albuquerque, des. Manoel Cefas, des. Teodoro Silva Santos, desa. Edite Bringel, dep. Augustinho Moreira e des. Ernani Barreira

Dep. Idemar Citó, dep. Manoel Duca, des. Francisco Auricélio Pontes, des. Paulo Timbó, dep. Augustinho Moreira e des. Manoel Cefas

Dep. Augustinho Moreira, des. Paulo Francisco Ponte, des. Suenon Mota e des. Francisco Haroldo Rodrigues

Procurador-geral de Justiça, Ricardo Machado, dep. José Albuquerque, des. José Arísio Lopes, desa. Nailde Pinheiro e dep. Augustinho Moreira

Dep. José Albuquerque, dep. Augustinho Moreira, des. Emanuel Leite, procurador do Estado Fábio Carvalho e desa. Edite Bringel

Des. Teodoro Silva Santos, desa. Sérgia Miranda, des. Luiz Gerardo Brígido, dep. Augustinho Moreira e des. Francisco Haroldo Rodrigues

Dep. José Albuquerque, procurador-geral de Justiça, Ricardo Machado, juiz José Krentel Filho e des. José Arísio Lopes

Autoridades, familiares e amigos, prestigiaram a sessão

SEGURANÇA

Fundo Estadual de Segurança dos Ma

A matéria que cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados aguarda sanção do governador Cid Gomes. A mensagem de lei do Poder Judiciário cearense foi aprovada, no dia 12 de abril deste ano, pela Assembleia Legislativa.

O Fundo tem o objetivo de implementar ações de segurança voltadas aos juízes. De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador José Arísio Lopes da Costa, a medida possibilitará a criação da estrutura necessária para a proteção dos magistrados. O presidente destacou que a iniciativa segue a Resolução nº 104/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina a adoção de medidas de proteção.

Segundo o desembargador Teodoro Silva Santos, presidente da Comissão de Segurança Permanente do Judiciário estadual, o Fundo representa importante avanço, pois viabilizará "a arrecadação de recursos destinados exclusivamente à segurança dos magistrados, sobretudo dos que exercem jurisdição penal".

Ainda de acordo com ele, a aprovação da mensagem "demonstra que o Legislativo do Ceará reconhece o quanto é importante e imprescindível a prestação jurisdicional e, ao mesmo tempo, os riscos a que estão sujeitos os membros do Judiciário".

Os recursos do Fundo deverão ser aplicados na construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça cearense, com a finalidade de proporcionar maior segurança. Destina-se também à aquisição de equipamentos e à formação e aperfeiçoamento do serviço de proteção dos magistrados. As receitas serão provenientes do Tesouro do Estado, do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju), de convênios e doações, entre outras fontes.

CONVÊNIO

A Comissão Permanente de Segurança do TJCE firmou convênio com a Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer), no último dia 30 de março. O objetivo é dar apoio emergencial e preventivo aos magistrados.

Todas as regiões do Estado serão mapeadas, principalmente as que apresentam maiores conflitos a serem solucionados pelos juízes criminais. O coronel Nirvando Monteiro Vieira, coordenador da Ciopaer, ressaltou

Presidente do TJCE (ao centro), presidente da Comissão de Segurança (à esquerda) e o assistente militar do Tribunal durante reunião

agistrados é aprovado na Assembleia

que o órgão estará à disposição para dar uma resposta mais célere à questão da segurança dos juízes, "não só com relação à ação policial, mas também em qualquer outra emergência".

ARMAS RECOLHIDAS

Nos quatro primeiros meses do ano, a Comissão de Segurança promoveu a destruição de 5.872 armas apreendidas nas Comarcas do Estado. A ação foi feita junto ao Exército Brasileiro. Entre os armamentos estão revólveres, pistolas, garruchas, carabinas, espingardas, fuzis, rifles e submetralhadoras, além de armas brancas (facas).

Segundo o major Augusto Nirlando, assistente militar do Tribunal de Justiça, foram recolhidas e destruídas no ano passado 14.525 armas, sendo 10.507 do Interior e 4.018 da Capital.

JORNADA DE TRABALHO

Na mesma sessão, a Assembleia também aprovou duas outras mensagens. A primeira altera a carga horária dos servidores da Justiça cearense. Com a mudança, a jornada diária será de sete horas, do dia 1º de julho deste ano até 30 de junho de 2014. A partir de julho de 2014, o regime de trabalho será de oito horas por dia.

A medida está prevista no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos servidores do Judiciário estadual. A alteração da carga horária teve aprovação em fevereiro deste ano, durante sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

A segunda mensagem cria os cargos de diretor do Departamento Judicial, de chefe de Serviço de Distribuição do Fórum Clóvis Beviláqua e de diretor geral da Creche Escola do Judiciário. A criação das novas funções foi aprovada em sessão do Órgão Especial do TJCE, ocorrida no dia 1º de março deste ano.

A finalidade é modernizar e otimizar os procedimentos, além de melhorar os trabalhos de distribuição dos processos no 1º Grau. Também objetiva atualização do quadro de profissionais.

SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Desembargadora Nailde Pinheiro é a nova supervisora do Núcleo de Mediação do TJCE

A desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira assumiu o cargo de supervisora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), no dia 2 de março deste ano. Além das medidas que já estavam em andamento, a magistrada planeja novas iniciativas para otimizar cada vez mais os serviços.

Entre os dias 26 e 30 do mesmo mês, o setor promoveu mutirão pré-processual envolvendo conflitos do Banco Santander. Foram realizadas 35 audiências que resultaram em 32 acordos. Também firmou convênio com os Bancos Citibank e Credicard para instalação de Central de Atendimento no 20º Juizado Especial Cível e Criminal (JECC) de Fortaleza. O objetivo é solucionar as pendências antes do ajuizamento da ação.

Desembargadora durante reunião com o grupo

No dia 28 de março, a desembargadora participou, em Brasília, de evento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a aplicação da Política Nacional de Conciliação.

O nome de Nailde Pinheiro foi aprovado para supervisionar o Núcleo pelo Tribunal Pleno. O setor tem como coordenador o juiz Carlos Henrique Garcia Oliveira, do Juizado da Maraponga, e como gestora Veridiana Monteiro Chaves.

FÓRUM

Central de Conciliação soluciona 364 ações durante mutirão envolvendo plano de saúde

A Central de Conciliação do Fórum Clóvis Beviláqua promoveu, de 16 a 19 de abril deste ano, a primeira fase do Mutirão de Processos da Área da Saúde. Durante quatro dias, foram realizadas 613 audiências envolvendo a Unimed Fortaleza, das quais 364 resultaram em acordos. Os números representam quase 59% de êxito nas sessões em que as partes compareceram.

Além de desembargadores, juízes, procuradores e defensores públicos aposentados, que atuam como conciliadores permanentes da Central, o mutirão contou também com a colaboração voluntária de juízes das Varas Cíveis da Capital e de graduandos em Direito da Faculdade Estácio/FIC.

Diretor do Fórum, juiz José Krentel, participa da abertura do evento

As audiências foram realizadas nas oito novas salas do setor, inauguradas no último mês de março. Segundo a coordenadora da Central, juíza Jane Ruth Maia de Queiroga, a ampliação do espaço, possibilitada pelo Projeto de Reestruturação do Fórum, permitiu a intensificação das atividades e a criação de um ambiente adequado para atender os jurisdicionados. "É muito importante que as pessoas se sintam acolhidas e percebam que estamos dispostos a ouvi-las", ressaltou.

Notas

Desa. Vera Lúcia Correia é homenageada pela Polícia Civil

A desembargadora Vera Lúcia Correia Lima recebeu a menção honrosa de Amigo da Polícia Civil, durante solenidade no dia 18 de abril deste ano, na Delegacia Geral, em Fortaleza. O certificado é o reconhecimento pela atenção e respeito que a magistrada tem para com a Polícia. Além da desembargadora, outras 27 autoridades e personalidades receberam a honraria. A sessão contou com a presença do secretário da Segurança Pública e Defesa Social, coronel Francisco José Bezerra Rodrigues; do delegado-geral da Polícia Civil, Luiz Carlos de Araújo Dantas, e do presidente do Sindicato dos Delegados do Ceará, Nilton Castelo. Vera Lúcia Correia Lima, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Ceará, assumiu o cargo de desembargadora no dia 25 de junho de 2009. Ingressou no TJCE em vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público estadual.

Des. Francisco Bezerra recebe medalha da Câmara de Tauá

O desembargador Francisco Bezerra Cavalcante foi agraciado com a "Medalha Vereador Francisco Soares de Carvalho", entregue no último dia 4 de abril, pela Câmara Municipal de Tauá, distante 410 km de Fortaleza. A homenagem representou o reconhecimento dos serviços prestados pelo magistrado ao Município. No mesmo dia, foi inaugurada a Sala da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Ceará (OAB/CE) no Fórum de Tauá. O espaço recebeu o nome de Elcias Bezerra Cavalcante, pai do desembargador Francisco Bezerra. O magistrado integra a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Ceará, tendo assumido o cargo de desembargador em 18 de fevereiro de 2011.

FOTO: CÂMARA DE TAUÁ

Medalha foi entregue pelo presidente da Câmara, Audic Cavalcante

TJCE institui Política Socioambiental

Uso racional de água e energia, gestão de resíduos sólidos, promoção de ações sociais e educação socioambiental. Esses são quatro compromissos da Política Socioambiental instituída pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), por meio da portaria nº 455/2012. Os compromissos serão viabilizados por meio de ações e projetos, supervisionados pela Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TJCE, criada em outubro do ano passado e que tem à frente o desembargador Carlos Alberto Mendes Forte. A portaria leva em consideração, entre outros pontos, que exercer a responsabilidade socioambiental é um objetivo estratégico do Judiciário nacional.

Des. Ernani Barreira é agraciado com a "Medalha da Abolição

O desembargador Ernani Barreira Porto recebeu a "Medalha da Abolição" no dia 25 de março último, durante solenidade conduzida pelo governador Cid Gomes. O magistrado disse que a honraria, concedida pela primeira vez a um desembargador, representa uma homenagem a todos os servidores do Judiciário, "como reconhecimento pelo esforço em busca de uma melhor e mais eficaz prestação de serviços à sociedade cearense". A sessão de entrega, no Palácio da Abolição, reuniu deputados, secretários, magistrados, advogados, familiares e amigos dos homenageados. Além de Ernani Barreira, o jornalista Francisco Newton Quezado Cavalcante (Lúcio Brasileiro), colunista do jornal O Povo, também recebeu a honraria.

FOTO: DIVULGAÇÃO

Governador Cid Gomes entrega Medalha da Abolição ao Des. Ernani Barreira

CELERIDADE

Juíza Joriza Magalhães entrega relatório das atividades ao presidente do TJCE, des. Arísio Lopes

Grupo de Auxílio de Fortaleza movimenta mais de 38 mil processos em três meses

O Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos da Comarca de Fortaleza movimentou, no primeiro trimestre deste ano, 38.335 ações. Foram proferidas 1.055 sentenças e 302 despachos.

Segundo a coordenadora, magistrada Joriza Magalhães Pinheiro, "todos os juízes e servidores que integram a equipe trabalham com zelo, responsabilidade e entusiamo. O alcance de uma produtividade expressiva como essa é resultado do esforço em conjunto", destacou. Fazem parte dos trabalhos a expedição de mandados, cartas precatórias, intimações, alvarás e ofícios. O Grupo também é responsável pela juntada de petições, autuações de novos processos e movimentações nos sistemas, além de conferência e indexação dos autos.

Instituído em fevereiro de 2010, por meio da Resolução nº 3 do TJCE, a equipe é formada por 20 magistrados, com dedicação integral. O objetivo é oferecer à sociedade uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz.

8ª ZONA JUDICIÁRIA

O Grupo de Auxílio da 8ª Zona Judiciária (Serra da Ibiapaba) também apresentou resultados positivos no primeiro trimestre do ano. Só em Guaraciaba do Norte, foram movimentados mais de três mil processos, proferidas 360 sentenças e 104 decisões interlocutórias, além de 1.102 despachos.

A 8ª Zona Judiciária engloba ainda as Comarcas de Tianguá, Frecheirinha, Ubajara, Ibiapina, Carnaubal, Ipu, São Benedito, Croatá, Mucambo, Graça, Reriutaba, Varjota e Viçosa do Ceará.

A equipe foi instituída por meio da Portaria nº 1.820/2011. As ações são supervisionadas pela juíza Joriza Magalhães Pinheiro, titular da 9ª Vara da Fazenda Pública do Fórum Clóvis Beviláqua e coordenadora do Grupo de Auxílio da Capital.

FOTO: DIVULGAÇÃO

Grupo de Auxílio da 8ª Zona Judiciária

CONSENSO

Conciliação extrajudicial tem solucionado conflitos no 18º JECC da Capital

A conciliação extrajudicial é uma prática constante no 18º Juizado Especial Cível e Criminal (JECC), localizado no bairro José Walter, em Fortaleza. Segundo a juíza Maria Socorro de Oliveira, titular da unidade, a iniciativa vem sendo adotada há mais de dez anos e os resultados são positivos.

Para simplificar os procedimentos, as partes são convidadas por telefone para resolver os casos. A medida dispensa expedição de correspondências e diligências de oficiais de Justiça, reduzindo custos, agilizando o atendimento e resolvendo os conflitos antes que sejam protocolados na Justiça.

O Juizado tem 1.600 ações em tramitação. Em 2011, deram entrada 976 processos e foram proferidas 771 sentenças. A unidade reserva as tardes das sextas-feiras para atender reclamações contra a Companhia Energética do Ceará (Coelce) e a Companhia de Água e Esgoto do Estado. Ainda de acordo com a magistrada, na maioria dos casos as partes chegam ao acordo.

Magistrada com equipe de servidores

RECONHECIMENTO

A magistrada assevera que o trabalho tem sido reconhecido pelas partes e advogados. Ela destacou que o êxito está na harmonia da equipe de servidores. Maria Socorro de Oliveira tem 26 anos de serviços dedicados ao Judiciário, dos quais 15 atuando no 18º JECC. O ingresso na magistratura ocorreu em setembro de 1986. Atuou nas Comarcas de Saboeiro, Pentecoste e Itapipoca, antes de ser promovida para a Capital.

INSPEÇÕES

Corregedoria Geral da Justiça iniciará ciclo de visitas às comarcas do Interior

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará dará início ao ciclo de inspeções no próximo dia 7 de maio. Os trabalhos serão realizados em serventias extrajudiciais (cartórios) e em 33 comarcas do Interior.

Durante as atividades, os auditores analisam os livros de registros, fiscalizam os repasses ao Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju) e a formalidade dos atos. Já os juízes verificam a quantidade de processos em tramitação, o regular funcionamento das Varas e as instalações físicas dos prédios, entre outros pontos.

As inspeções serão conduzidas pelos juízes corregedores auxiliares, Antônio Pádua Silva, Francisco Jaime Medeiros Neto, Francisco Eduardo Scorsafava e José Tarcílio Sousa da Silva. A corregedora-geral, desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar, supervisionará as visitas.

A fiscalização tem o objetivo de verificar o andamento dos serviços prestados pela Justiça. No dia da inspeção, a corregedora-geral ou os juízes auxiliares indicados atenderão os interessados em audiência nos fóruns.

As visitas ocorrerão em Granja, Camocim e Ipu (07/05); Ubajara, Viçosa e Carnaubal (08/05); Moraújo, Pacujá e Graça (09/05), Martinópole, Uruoca e Groaíras (10/05); Massapê, Meruoca e Forquilha (11/05); Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Alto Santo (11/06); Russas, Quixeré e Limoeiro do Norte (12/06); Jaguaruana, Palhano e Itaiçaba (13/06); Icapuí, JECC de Aracati e Fortim (14/06); 1ª, 2ª e 3ª Varas de Aracati (15/06) Juazeiro do Norte (9 e 10/07); Crato (11/07); Barbalha (12/07) e Missão Velha e Brejo Santo (13/07).

JUSTIÇA EM MOVIMENTO

Projeto retira mais de 100 mil ações que constavam indevidamente no SPROC

Coordenadores do Projeto Justiça em Movimento

O Judiciário cearense concentra esforços para atualizar as informações dos sistemas processuais e agilizar o julgamento das ações referentes às metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Uma das iniciativas que tem apresentado bons resultados é a segunda edição do "Justiça em Movimento", instituído pelo presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador José Arísio Lopes da Costa, em janeiro deste ano.

Na primeira fase, foi realizado inventário do acervo processual do 2º Grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Na Comarca de Fortaleza, a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do TJCE presta orientações para a implantação e desenvolvimento do inventário dos processos das Varas Cíveis do Fórum Clóvis Beviláqua.

Até abril, 659.635 processos foram inventariados e, por meio de atualizações processuais, 102.289 ações, que constavam indevidamente no Sistema Processual (SPROC), foram extintas. O trabalho está sendo executado pelo Grupo Gestor do Acervo de Processos Judiciais que orienta as unidades judiciárias sobre a atualização e correção das informações processuais.

A equipe também auxilia na utilização dos sistemas de acompanhamento processual do Judiciário cearense. Sob a coordenação do juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, José Tarcílio Souza da Silva, e da secretária Judiciária, Francisca Cleidinir Rego Magalhães Martins, o Grupo promoveu baixa definitiva das 7.736 cartas precatórias que se encontravam sem movimentação por período superior a cinco anos, conforme informação da Secretaria de Tecnologia da Informação.

No total, já foram baixadas 20.427 cartas precatórias desde o início do projeto. Os trabalhos se estenderão até 30 de junho deste ano, "com vistas à obtenção de informações estatísticas fidedignas, que mais se aproximem do real quantitativo de processos constantes do acervo das diversas unidades, como também ao aumento do número de julgamentos dos processos enquadrados nas Metas do Judiciário nacional", explicou a secretária de Planejamento e Gestão, Katarina Soares.

O projeto é coordenado pela secretária especial de Planejamento e pela secretária judiciária.

TRIBUNAL PLENO

Des. José Arísio Lopes da Costa - Presidente
Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido - Vice-Presidente
Desa. Edite Bringel Olinda Alencar - Corregedora-Geral da Justiça
Des. Ernani Barreira Porto
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Rômulo Moreira de Deus
Des. João Byron de Figueirêdo Frota
Des. Ademar Mendes Bezerra
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Des. Francisco Sales Neto
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Francisco Pedrosa Teixeira
Desa.Vera Lúcia Correia Lima
Des. Francisco Auricélio Pontes
Des. Francisco Suenon Bastos Mota
Des. Clécio Aguiar de Magalhães
Des. Francisco Barbosa Filho
Des. Paulo Camelo Timbó
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda
Des. Jucid Peixoto do Amaral
Des. Manoel Cefas Fonteles Tomaz
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte
Desa. Francisca Adelineide Viana
Des. Durval Aires Filho
Des. Francisco Gladyson Pontes
Des. Francisco José Martins Câmara
Des. Váldsen da Silva Alves Pereira
Des. Francisco Darival Beserra Primo
Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luís Bezerra de Araújo
Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Des. Teodoro Silva Santos
Des. Carlos Rodrigues Feitosa
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Dr. Pedro Henrique Genova de Castro - Secretário Geral

ÓRGÃO ESPECIAL

Des. José Arísio Lopes da Costa
Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido
Desa. Edite Bringel Olinda Alencar
Des. Ernani Barreira Porto
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Rômulo Moreira de Deus
Des. João Byron de Figueirêdo Frota
Des. Ademar Mendes Bezerra
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Des. Francisco Sales Neto
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Francisco Auricélio Pontes
Des. Francisco Suenon Bastos Mota
Des. Clécio Aguiar de Magalhães
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Dr. Pedro Henrique Genova de Castro - Secretário Geral

Juiz José Krentel Ferreira Filho - Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua

Juliana Cardoso Lima Borges - Assessora Especial da Presidência
Ana Katarina Fonteles Soares - Secretária Especial de Planejamento e Gestão
Jordete de Oliveira Franco Gomes - Secretária de Administração
Dilthey Pontes Forte - Secretário de Tecnologia da Informação
Francisca Cleidinir Rego Magalhães Martins - Secretária Judiciária
Newton Rodrigues Sousa - Secretário de Finanças
Adriana Islaia Carneiro Leal - Secretária de Gestão de Pessoas
José Ricardo Vidal Patrocínio - Juiz Auxiliar da Presidência
Francisco Eduardo Fontenele Batista-Juiz Auxiliar da Presidência
Cristiano Rabelo Leitão - Juiz Auxiliar da Vice-Presidência
Lúcia Carvalho Cidrão - Assessora Institucional
Maria José de Oliveira Fernandes - Auditora-chefe de Controle Interno
Chrystianne dos Santos Sobral - Consultora Jurídica
Dalva Regina Luna Queiroz - Chefe da Assessoria de Comunicação
Alessandra Bezerra Aragão - Chefe da Assessoria de Cerimonial
Augusto Nirlando Monteiro Vieira Major PM - Assistente Militar
Veridiana Monteiro Chaves- Assessora Pedagógica da Presidência

EXPEDIENTE
Editores: Regina Luna e Francisco José Rosa |Repórteres: Luciberto Forte, Edson Gomes, Crisley Cavalcante, Diego Silveira, Emerson Rodrigues e Carolina do Vale
Fotos: Nadson Fernandes
Design gráfico: Eduardo Torres e Nadson Fernandes

Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - Tel.: (85) 3207.7056/7060
Fax: (85) 3207.7058 - E-mail: imprensa@tjce.jus.br
Impresso no Parque Gráfico do Tribunal de Justiça